

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

LEI Nº 3505 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Ficam Revogadas as Leis 3483/2020 de 02 de abril de 2020, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), para ações de combate ao covid19 e a Lei 3484/2020 que dispõe sobre autorização para repasse, por meio de convênio, de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) ao Estado do Rio de Janeiro para instalação de Hospital de Campanha em São Gonçalo para atendimento aos infectados por Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Revoga a Lei 3483/2020, que autoriza o Poder executivo a abrir um crédito especial no valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), para ações de combate ao covid19, em especial o repasse, por meio de convênio, ao Estado do Rio de Janeiro para instalação de Hospital de Campanha em São Gonçalo para atendimento aos infectados pelo novo Coronavírus (covid-19) e a Lei 3484/2020 que dispõe sobre autorização para repasse, por meio de convênio, de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) ao Estado do Rio de Janeiro para instalação de Hospital de Campanha em São Gonçalo para atendimento aos infectados por Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 04 DE JUNHO DE 2020.

Rodrigo Neves - Prefeito

PROJETO DE LEI Nº. 147/2020 - AUTORES: COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, CONTROLE E ORÇAMENTO E DEMAIS VEREADORES

LEI Nº 3506 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Estende, por mais 02 (dois) meses, o pagamento da subvenção econômica do Município para as entidades que aderiram ao Programa Empresa Cidadã de Niterói e manifestarem interesse na prorrogação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Esta Lei possibilita o pagamento, por mais 02 (dois) meses, da subvenção econômica do Município para as entidades que aderiram ao Programa Empresa Cidadã de Niterói, instituído pela Lei nº 3.482 de 02 de abril de 2020 e à segunda fase do referido programa, instituído pela Lei nº 3.496 de 07 de maio de 2020.

Art. 2º. As entidades que aderiram aos programas citados no art. 1º poderão, mediante nova adesão, receber, por mais 02 (dois) meses, a subvenção econômica recebida do Município nos termos das Leis nºs 3.482 de 02 de abril de 2020 e 3.496 de 07 de maio de 2020.

§ 1º. Para fazerem jus à prorrogação do benefício, as entidades contempladas no Programa Empresa Cidadã de Niterói – primeira e segunda fase - que quiserem receber, por mais 02 (dois) meses, a subvenção econômica citada no *caput* do presente artigo, deverão se comprometer a não reduzir o seu número de empregados pelos 08 (oito) meses consecutivos à adesão inicial ao Programa.

§2º. Findo o prazo do programa, as entidade aderentes deverão apresentar a documentação exigida pelo Município em ato regulamentar, que comprovará a manutenção do número de empregados da empresa pelos oito meses consecutivos à adesão inicial ao Programa.

Art. 3º. No caso de descumprimento das obrigações estampadas no art. 2º desta Lei e das Leis nºs 3.482 de 02 de abril de 2020 e 3.496 de 07 de maio de 2020 fica a entidade excluída do Programa e obrigada a devolver os recursos repassados pelo Município.

Parágrafo único. A exclusão do Programa será considerada grave infração e dá ensejo à aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8666/93 e à suspensão do acesso a programas promovidos pelo Município pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 4º. A adesão às novas condições estampadas por esta Lei demanda celebração de novo Termo de Adesão pela entidade interessada.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações necessárias no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, para implantação do programa Auxílio Empresa Niterói Cidadã previsto nesta Lei, tendo por fontes as decorrentes de superávit financeiro do exercício de 2019 de royalties, fontes 108 e 138, até o montante de R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais).

Parágrafo único. Fica autorizada a utilização de saldos, porventura existentes, autorizados na forma do art. 7º da Lei nº 3.482 de 02 de abril de 2020 e do art. 7º da Lei nº 3.496 de 07 de maio de 2020.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 04 DE JUNHO DE 2020.

Rodrigo Neves - Prefeito

(PROJETO DE LEI Nº. 143/2020 - AUTOR: MENSAGEM EXECUTIVA Nº 28/2020)

LEI Nº 3507 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Cria o Programa Supera Mais no contexto das medidas para o enfrentamento econômico da epidemia da COVID-19, para possibilitar contratação de empresa operadora de crédito, para gerir e administrar a concessão de empréstimos às empresas no Município de Niterói.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Esta Lei cria o Programa Supera Mais no contexto das medidas para o enfrentamento econômico da epidemia da COVID-19, para possibilitar contratação de empresa operadora de crédito, para gerir e administrar a concessão de empréstimos às empresas no Município de Niterói.

Art. 2º. O Programa Supera Mais, custeado pelo Fundo de Crédito Emergencial do Município de Niterói, instituído pela Lei nº 3.481 de 02 de abril de 2020, tem por objetivo garantir o acesso de crédito às:

I - microempresas e empresas de pequeno porte, assim classificadas nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com faturamento inferior à R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II - profissionais autônomos e liberais;

§ 1º. O Fundo restringe os seus financiamentos ao período em que estiverem em vigor as medidas de restrição de contato social e até quatro meses após o seu final, no limite dos créditos orçamentários.

§ 2º. É condição para acessar os recursos do Fundo, o beneficiário ter alvará e registro de funcionamento ativo no Município de Niterói.

Art. 3º. O Fundo tem os seguintes limites para financiamento de Capital de Giro:

I - até R\$ 20 mil para profissionais autônomos e liberais;

II - até R\$ 50 mil para microempresas;

III - até R\$ 80 mil para empresa de pequeno porte, **sociedade de advogados e sociedades unipessoais de advocacia** com faturamento de até R\$ 1,0 milhão de reais.

Art. 4º. São condições gerais de financiamento no âmbito do Programa:

I - prazo de pagamento de até 36 meses;

II - carência de até 10 meses;

III - Taxa de juros de 0% ao tomador final;

IV - Aceitar aval e fiança como modalidades de garantia.

§ 1º. O agente financeiro contratado nos termos do Art. 5º deve cobrar encargos moratórios pelo atraso do principal e pode dispensar o pagamento pelos beneficiários das taxas de abertura de crédito e das demais tarifas bancárias.

Art.5º. Para atender os beneficiários definidos nos art. 2º, fica o Município autorizado a contratar mediante credenciamento ou pregão empresa operadora de crédito (agente financeiro), para gerir e administrar a concessão dos empréstimos nas condições do art.4º, nos termos do art. 3º desta Lei, usando como fonte recursos do Fundo de Crédito Emergencial, instituído pela Lei nº 3.481, de 02 de abril de 2020, com os aportes constantes da Lei nº 3497, de 14 de maio de 2020, no limite do art. 10 da presente Lei.

Art.6º. O processo de análise do crédito deve ser simplificado e alinhado às melhores práticas utilizadas no sistema financeiro e às diretrizes do Fundo de Crédito Emergencial.

§ 1º. Devem ser aceitos, preferencialmente as certidões e documentos que possam ser expedidas e regularizadas por meio eletrônico.

§ 2º. No que tange à regularidade fiscal, conforme disposto nos artigos 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, pode o Poder Executivo prorrogar suas certidões por 90 (noventa) dias a contar da sua validade.

§ 3º. A análise de crédito deve obedecer aos critérios técnicos definidos pelo município e pela empresa contratada nos termos do Art. 5º.

§ 4º. A análise dos processos de concessão de crédito deve ser o da ordem cronológica de sua inscrição no programa.

Art. 7º. Nos contratos de repasse entre o Fundo de Crédito Emergencial do Município de Niterói e o agente financeiro, este obriga-se a:

I - liquidar antecipadamente, utilizando critérios objetivos tanto do agente financeiro quanto do Fundo, as Operações que, em consequência de inadimplemento da Beneficiária final, deixem de atender as exigências fixadas para a concessão do crédito;

II - não cobrar encargos adicionais àqueles estabelecidos no Contrato, nem estabelecer obrigações para o Tomador final que, a título de reciprocidade, constituam, direta ou indiretamente, elevação da remuneração estabelecida pelo Fundo.

Art. 8º. O Programa Supera Mais terá os mesmos mecanismos de gestão, contabilidade e governança do Fundo de Crédito Emergencial do Município de Niterói instituído pela Lei nº 3.481 de 02 de abril de 2020, nos seus arts. 6º ao 12º.

Art.9º. Pode o Poder Executivo utilizar-se do cadastro já existente autorizado pela Lei nº 3.481 de 02 de abril de 2020, instituidora do Fundo de Crédito Emergencial, para dar prosseguimento na análise de crédito pela empresa operadora de crédito, que ficará responsável por gerir e administrar a concessão dos empréstimos.

Parágrafo único. A análise dos processos de concessão de crédito deve ser o da ordem cronológica de sua inscrição no Programa.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações necessárias no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento para o exercício de 2020, para implantação do programa previsto nesta Lei, tendo por fontes os recursos anteriormente aprovados nas Leis nº 3.481, de 02 de abril de 2020, e nº 3497, de 14 de maio de 2020, até o montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Parágrafo único. Fica autorizado a utilização de até 3% do montante previsto no *caput* para custear as despesas administrativas do programa.

Art. 11. O reembolso dos recursos ao Fundo se dará de forma anual, 30 dias pós o encerramento do exercício financeiro, no montante corrigido das parcelas depositadas pelos tomadores finais ao agente financeiro, após terminado o período de aplicação dos recursos, nos termos estabelecidos no Art. 2º.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 04 DE JUNHO DE 2020.

Rodrigo Neves - Prefeito

PROJETO DE LEI Nº. 144/2020

AUTOR: MENSAGEM EXECUTIVA Nº 29/2020

LEI Nº 3508 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação do pagamento do benefício social emergencial previsto na Lei nº 3.477 de 24 de março 2020, por conta da epidemia de Coronavírus em Niterói.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Niterói a manter o pagamento do benefício constante na Lei nº 3.477 de 24 de março 2020, que instituiu auxílio financeiro temporário aos Microempreendedores Individuais inscritos no cadastro da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói, até dezembro de 2020.

Parágrafo único. Deverá ser mantida a periodicidade mensal da distribuição do benefício.

Art. 2º. A Controladoria Geral do Município adotará medidas para auditoria do programa e verificação da manutenção das condições dos beneficiários para permanência no Programa, em conjunto com o respectivo órgão gestor do Programa.

Art. 3º. A lista dos beneficiários do programa deverá ser disponibilizada na página da Transparência do Município de Niterói.

Art. 4º. Poderá ser extinto o Programa previsto no artigo 1º, caso haja alteração significativa da economia para melhor, mormente o índice de desemprego e outros índices a critério dos técnicos do Município.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações necessárias no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, para implantação da extensão do benefício previsto na presente Lei, tendo por fontes as decorrentes de superávit financeiro do exercício de 2019 de royalties, fontes 108 e 138, até o montante de R\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil reais).

Parágrafo único. Fica autorizada a utilização de saldos, porventura existentes, autorizados na forma do art. 7º da Lei nº 3.482 de 02 de abril de 2020 e do art. 7º da Lei nº 3.496 de 07 de maio de 2020.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 04 DE JUNHO DE 2020.

Rodrigo Neves - Prefeito

PROJETO DE LEI Nº. 145/2020 - AUTOR: MENSAGEM EXECUTIVA Nº 30/2020

LEI Nº 3509 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Fica o Poder Executivo Autorizado a Manter Crédito Especial no valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), para Ações de Combate ao Covid-19.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a manter o Crédito Especial, no valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), autorizado originalmente pela Lei nº 3.483 de 02 de abril de 2020, para ações de combate ao Covid-19.

Art. 2º Esta Lei objetiva ajustar o orçamento em vigor, já que a ação não foi prevista na oportunidade da Lei Orçamentária Anual para o exercício 2020.

Art. 3º Fica mantido o Programa "0148 – Ações de Combate ao COVID-19" e a Ação "7777 - Ações de Emergência para Combate ao COVID-19", criados pela Lei nº 3.483 de 02 de abril de 2020.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias, conforme quadro abaixo:

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMOS	REDUÇÕES
25.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.302.0148.7777	339039	138	45.000.000,00	
SUPERÁVIT FINANCEIRO				138	-	45.000.000,00
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					45.000.000,00	45.000.000,00

NOTA: FONTE 138 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar livremente os créditos constantes desta Lei entre qualquer unidade orçamentária do Município e qualquer natureza de despesa, desde que mantida a finalidade da aplicação do recurso, podendo alterar função e subfunção.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o programa mencionado nos artigos anteriores, caso a situação se agrave ou sejam necessários mais recursos.

Art. 7º Não se aplicam às autorizações descritas nos arts. 5º e 6º o limite disposto no art. 5º da Lei 3.460/2019 – Lei Orçamentária Anual 2020.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 04 DE JUNHO DE 2020.

Rodrigo Neves - Prefeito

PROJETO DE LEI Nº. 153/2020 - AUTOR: MENSAGEM EXECUTIVA Nº 31/2020

DECRETO Nº 13.625/2020

DISPÕE SOBRE O FECHAMENTO DE ACESSO ÀS PRAIAS DA REGIÃO OCEÂNICA COMO FORMA DE EVITAR A AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS E EVITAR O CRESCIMENTO DOS CASOS DE CORONAVÍRUS EM NITERÓI E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas:

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 13.506/2020 declarou emergência em saúde pública no Município de Niterói devido à pandemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente novo coronavírus – SARS-CoV-2;

CONSIDERANDO que o Decreto 13.604/2020 e o Decreto 13.605/2020 autorizaram o funcionamento de algumas atividades e a prestação de alguns serviços, tendo em vista os bons indicadores do Município;

CONSIDERANDO, todavia, que, após a edição dos citados Decretos, houve aumento expressivo do deslocamento de pessoas para as praias da Região Oceânica, impõe-se a adoção de medidas mais restritas por parte do Poder Público, para se manter controlado o ritmo de transmissão do Coronavírus em Niterói;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o fechamento de vias públicas de acesso às praias da Região Oceânica de Niterói até o dia 21 de junho, sendo permitido apenas os acessos de moradores e trabalhadores das atividades autorizadas pelo Município.

Parágrafo Único. Ato da autoridade de trânsito disciplinará a proibição de estacionamento nas proximidades das respectivas praias, bem como a discriminação das respectivas vias e a documentação necessária para o acesso e/ou estacionamento excepcional nas vias públicas a que aduz o caput.

Art. 2º As medidas previstas no presente Decreto poderão ser prorrogadas, de acordo com a evolução da pandemia e das orientações das autoridades de saúde.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 04 DE JUNHO DE 2020.

Rodrigo Neves - Prefeito

Portarias

Port. nº 801/2020 – Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/06/2020, **JANETE VIEIRA ALVARES** do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Executiva.

Port. nº 802/2020 - Exonera, a pedido, **NATHÁLIA SANTANA DE ALMEIDA** do cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Port. nº 803/2020 – Nomeia **FABÍOLA CALEGARI CORRÊA** para exercer o cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em vaga da exoneração de Nathália Santana de Almeida, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 804/2020 - Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/06/2020, **JAKELINE ANTUNES DA COSTA** do cargo de Assistente A, CC-4, da Coordenadoria de Acessibilidade, do Gabinete do Prefeito.

Port. nº 805/2020 - Considera nomeada, a contar de 01/06/2020, **ANDREIA SILVA DOS SANTOS** para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Coordenadoria de Acessibilidade, do Gabinete do Prefeito, em vaga da exoneração de Jakeline Antunes da Costa, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 806/2020 - Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/06/2020, **DANIELA DE CARVALHO FERNANDES** do cargo de Assistente A, CC-4, da Coordenadoria de Trabalho, Emprego e Renda, da Secretaria Municipal de Participação Social.

Port. nº 807/2020 - Considera nomeada, a contar de 01/06/2020, **ANA CLÁUDIA XAVIER DA SILVA** para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Coordenadoria de Trabalho, Emprego e Renda, da Secretaria Municipal de Participação Social, em vaga da exoneração de Daniela de Carvalho Fernandes, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 808/2020 - Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/06/2020, **HELENA DE SOUZA KWAMME ORESTES** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Executiva.

Port. nº 809/2020 - Considerar nomeada, a contar de 01/06/2020, **BRUNA BOTELHO ALONSO** para exercer o cargo Assessor B, CC-2, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração Helena de Souza Kwamme Orestes, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 810/2020 - Considera exonerado, a contar de 01/06/2020, **ALESSANDRO DE OLIVEIRA LEMOS** do cargo, de Assistente A, CC-4, da Secretaria Executiva, por ter sido nomeado para cargo incompatível.

Port. nº 811/2020 - Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/06/2020, **CLEANE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Executiva.

Port. nº 812/2020 - Considera nomeado, a contar de 01/06/2020, **ALESSANDRO DE OLIVEIRA LEMOS** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Cleane Conceição de Oliveira, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 813/2020 - Considera nomeada, a contar de 01/06/2020, **CAROLINA VERGARA MUZI** para exercer o cargo de Diretor, DG, da Secretaria Municipal das Culturas, em vaga decorrente do falecimento de Ítalo Campofiorito, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 814/2020- Considera nomeado, a contar de 05/06/2020, **UBIRAJARA BENTO MARQUES** para exercer o cargo de Subsecretário, SS, da Secretaria Executiva, em vaga decorrente da exoneração de Ellen Cristine Bonadio Benedetti.

Corrigendas

Na Portaria 727/2020, publicada em 13/05/2020, onde se lê: **VITOR FERRO MACHADO**, leia-se: **VICTOR FERRO MACHADO**.

Na Portaria 778/2020, publicada em 02/06/2020, onde se lê: **TAYNA TRAJANO DOS SANTOS**, leia-se: **THAYNÁ TRAJANO DOS SANTOS**.

Na Portaria Port. nº 787/2020, publicada em 04/06/2020, onde se lê: **Port. nº 787/2020**, leia-se: **Port. nº 800/2020**

SECRETARIA EXECUTIVA

Corrigendas

No **EXTRATO Nº 012/2020**, publicado em 29/05/2020, onde se lê: FUNDAMENTO: artigo 24, IV, leia-se: FUNDAMENTO: LEIA ARTIGO Art. 24, II.

No **EXTRATO Nº 010/2020**, publicado em 26/05/2020, onde se lê: **EXTRATO Nº010/2020**, leia-se: ONDE LEIA- EXTRATO 011/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 175/2020

COLOCAR, a contar de 01/01/2020, à disposição da SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA - SEOP, de acordo com o § único do artigo 70, da Lei nº 531, de 18 de janeiro de 1985, os servidores listados no *Anexo Único* desta Portaria, todos do quadro permanente, até 31/12/2020, referente ao processo nº 020001485/2020.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 175/2020

Matrícula	Nome	Descrição do cargo	Nível	Categoria
12331452	AIMORE OPYTACIANO DOS SANTOS FILHO	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12331387	ALEXANDRE CORREA SOARES	FISCAL DE POSTURAS	4	II

12351930	ANDERSON OLIMPIO MUSSNICH	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12346757	AYRTON DE OLIVEIRA BECALLE	FISCAL DE POSTURAS	4	II
12334720	CARLA GUERRA PEIXOTO DOS SANTOS	FISCAL DE POSTURAS	4	II
12288876	CARLOS ALBERTO IAZEJI	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12257921	CELSO CHOUZAL TOSCANO	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12346807	CRISTIANE RIBEIRO DO NASCIMENTO	FISCAL DE POSTURAS	4	V
12346856	DALVA MARIA GERMANO DOS SANTOS	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12431870	DANIEL BUSTELO RIVAS FRANKLIN	FISCAL DE POSTURAS	4	I
12266856	EDUARDO MAURO KONTE	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12444390	FERNANDO MENDONCA SILVA	FISCAL DE POSTURAS	4	I
12331395	FERNANDO PEREIRA CARDOSO	FISCAL DE POSTURAS	4	V
12351617	GABRIELA D ANDREA VARELLA	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12257971	GLORIA MARGARETH FIGUEIREDO SILVA	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12444330	GUSTAVO RODRIGUEZ PECANHA	FISCAL DE POSTURAS	4	I
12448390	HUGO LUIZ ANSELME CARNEIRO DA SILVA	FISCAL DE POSTURAS	4	I
12351534	JACQUES SZERMAN	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12351484	JOAO CARLOS DA CONCEICAO	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12213197	JOSE CARLOS CALVAO	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12351567	JOSE RICARDO DE ABREU NAVEGA	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12357333	JOSE VALEROSO PENHA CASTRO	FISCAL DE POSTURAS	4	IV
12351492	LUCIANA AZEVEDO RAMALHO	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12354173	LUCIANA LANCHAS REIS	FISCAL DE POSTURAS	4	V
12350072	LUCIANO MARTINS NETO	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12357382	LUIS RENATO MARTINS LINS	FISCAL DE POSTURAS	4	V
12274900	LUIZ ALBERTO PAIM VIEIRA	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12444490	MARCIO DE OLIVEIRA CRUZEIRO	FISCAL DE POSTURAS	4	I
12351609	MARCOS FERREIRA DE SOUSA	FISCAL DE POSTURAS	4	III
12448360	MARCOS PAULO LARANJA RIBEIRO	FISCAL DE POSTURAS	4	I
12350312	MARIO FERNANDO LECAS PEREIRA	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12354090	MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ JUNIOR	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12257913	ODILON DUQUE DA SILVA FILHO	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12351427	ORESTE DUARTE DOS SANTOS JUNIOR	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12351393	PAULA MONTEIRO DE BARROS QUEIROZ DO VALL	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12346849	RAFAEL GIOVANI NOGUEIRA PEZOTTI	FISCAL DE POSTURAS	4	I
12357242	RENATO DE ALMEIDA NOBRE	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12357283	RIEL ESCOTIEL VIANA	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12351385	RODRIGO FREITAS SARAGAMO	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12350023	ROSANA REIS TEIXEIRA	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12334746	SIMONE HELENA SAUD	FISCAL DE POSTURAS	4	VI
12272565	WALTER PEREIRA DE FIGUEIREDO FILHO	FISCAL DE POSTURAS	4	V

Despacho do Secretário

Licença especial – 20/0604/2020 – deferido - de 03/06/ a 31/08/2020

Licença especial – 20/2329/2020 – deferido - de 01/06/ a 29/08/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI COMUNICA QUE REALIZARÁ, NO DIA 22 (VINTE E DOIS) DE JUNHO DE 2020, ÀS 10:00h, NA SALA DE LICITAÇÃO/SMA, LOCALIZADA NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA Nº 987/5º ANDAR – CENTRO – NITERÓI - RJ, CERTAME NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, SOB O Nº 014/2020, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO REPARO DO GERADOR 125KVA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA TABELA I E DOS DEMAIS ITENS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, ESPECIFICADOS E QUANTIFICADOS NA FORMA DA PROPOSTA DE PREÇOS (ANEXO 4) E TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO 8). O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER RETIRADOS PELO SITE www.niteroi.rj.gov.br. NO ÍCONE AVISO DE LICITAÇÃO – SMA E NO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987/5º ANDAR, DE 09:00 ÀS 16:00 HORAS (É NECESSARIO 01 PEN DRIVE PARA GRAVAÇÃO E 01 RESMA DE PAPEL A4).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Atos da Secretária

A Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos torna SEM EFEITO a publicação dos extratos de nºs 028/2020, 039/2020, 057/2020, 064/2020 e 065/02020 publicados no Diário Oficial do dia 20/05/2020.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

PORTARIA SMU Nº 018/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE, em conjunto com o Subsecretário de Transportes da Prefeitura Municipal de Niterói no uso de suas atribuições legais: Considerando o artigo do Decreto Municipal 4.150/84 em seu art. 20, Capítulo V que: Os táxis só poderão entrar em serviço após vistoria da Prefeitura Municipal. Considerando as determinações dos órgãos de saúde que incluem o distanciamento social e a não aglomeração de pessoas. Considerando os Decretos Municipal com relação a Pandemia pelo Novo Corona Vírus. Considerando todos os esforços que tem sido dispensado pela PMN no sentido de proteger vidas.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Suspensa a Vistoria Anual do Transporte Publico Individual de Passageiros (táxi) até o final do ano de 2020.
Art. 2º - ficam os permissionários cadastrados nesta SMU/SST até o ano de 2020 autorizados a realizarem o trabalho de serviço publico individual de passageiros sem o Selo e Cartão de Vistoria 2020.
Art. 3º - ficam isentos de qualquer punição administrativa referente e tão somente a não vistoria anual 2020.
Art. 4º - ficam mantidas as demais determinações do Decreto Municipal 4.150/84.

Art. 5º - esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE CREDECIMENTO SMF Nº 02/2020

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, com sede na Rua da Conceição, nº 100, Centro, Niterói – RJ, torna público que, devidamente autorizada pela Secretária Municipal de Fazenda, Sra. Giovanna Guiotti Testa Victor, na forma do caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, iniciará, no dia 05 de JUNHO de 2020, na Secretaria Municipal de Fazenda localizado na Rua Da Conceição nº 100- Niterói- RJ, o CREDENCIAMENTO de Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil para funcionar como Agências Bancárias ou Centrais de Recebimento, para a prestação de serviço de agente financeiro e depositário do Fundo de Crédito Emergencial do Município de Niterói e concessão de crédito, conforme Lei Municipal nº 3.481/2020 e alterações, e se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1 – DO OBJETO

1.1. O presente Edital destina-se a credenciar Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil para funcionar, na forma da lei, como depositárias do Fundo de Crédito Emergencial do Município de Niterói e concessão de crédito às:

I – microempresas e pequenas de pequeno porte, assim classificados nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II – cooperativas ou associações de produção que congreguem pequenos produtores;

III – profissionais autônomos e liberais.

1.2. As receitas do Fundo de Crédito Emergencial do Município de Niterói serão constituídas ou provenientes de:

I – dotação orçamentária do Município e créditos adicionais;

II – contribuições ou doações de pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de direito público ou privado, governamentais ou não-governamentais, municipais, estaduais, federais, nacionais ou internacionais;

III – rendimentos decorrentes das aplicações financeiras dos recursos do Fundo.

1.3. São condições para acessar os benefícios do Fundo o beneficiário:

I- ter registro e alvará de funcionamento ativo no Município de Niterói; e

II- estar enquadrado no público-alvo do Programa, conforme item 1.1.

1.4. Os limites para financiamento de capital de giro estão dispostos na Lei Municipal nº 3.481/2020 e alterações.

1.5. A entidade credenciada deve oferecer as informações necessárias sobre o financiamento para que se possa verificar a efetiva realização da despesa nos termos propostos na Lei.

2 – DOS FINANCIAMENTOS

2.1. O Fundo pagará as despesas de juros compensatórios dos empréstimos concedidos por instituições financeiras aos beneficiários definidos nos item 1.1., desde que cumpridas as condições dos itens 1.3. e de acordo com os limites previstos no item 1.4., tendo como condições básicas:

I – prazo de pagamento de até 36 (trinta e seis) meses;

II – carência de até 6 (seis) meses;

III – taxa de juros máxima de 2,95% (dois vírgula noventa e cinco por cento) ao mês;

IV- aceitar, dentre as modalidades de garantia, o aval e a fiança.

2.2. As despesas relativas aos tributos, às taxas de abertura de crédito e às tarifas bancárias serão cobradas pelo agente financeiro do tomador final.

2.3. O Fundo não pagará juros moratórios relativos ao não pagamento de parcelas do valor principal.

2.4. O Conselho do Fundo Niterói Supera pode orientar, por meio de Resoluções, o Agente Financeiro sobre linhas de Crédito que serão pagas, segundo as condições de mercado, e forma de aplicação dos recursos financeiros do Fundo.

3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 Os recursos necessários à realização do objeto do presente Edital correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de 2020, assim classificados:

FONTE DE RECURSOS: 138

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.08.334.0148.7777

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.45

3.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício e previstas na Lei Orçamentária Anual.

4 – DO PRAZO DE INSCRIÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

4.1 O prazo de habilitação para o Credenciamento de que trata este Edital inicia-se na data de publicação deste chamamento.

4.2 Caso haja alterações nas disposições do presente credenciamento, este deverá ser republicado.

5 – DOS IMPEDIMENTOS

5.1 Não poderão pleitear a participação neste Credenciamento as instituições financeiras que estejam sob intervenção ou liquidação extrajudicial, na forma da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974; e/ou tenham sofrido, no âmbito da Administração Pública Estadual, as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

5.2 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, sendo também vedada a participação de licitante que tenha recebido punição de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, no âmbito da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, com fulcro no art. 87, III da Lei 8.666/93.

6 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 DOS CADASTRADOS

6.1.1 Poderão participar deste Credenciamento as Instituições Financeiras inscritas no Registro de Fornecedores mantido pela Secretaria Municipal de Administração, mediante a entrega da cópia autenticada do citado registro.

6.1.2 O certificado de inscrição no Registro de Fornecedores poderá ser apresentado em substituição aos documentos previstos nos artigos 28, 29 e 31, da Lei nº 8.666/93.

6.1.3 Os Cadastrados deverão, ainda, apresentar a declaração ou certidão mencionadas nas Cláusulas 7.7, 7.8.1 e 7.8.2.

6.2 DOS NÃO CADASTRADOS

6.2.1 Será permitida a participação de Instituições Financeiras não cadastradas, desde que atendam a as condições de habilitação e apresentem os documentos exigidos na Cláusula 7.

6.2.2 A documentação a que se refere a Cláusula 7.2.1 deverá ser apresentada perante a Comissão de Credenciamento, na forma da Cláusula 7.10.

6.2.3 A habilitação dos Interessados não cadastrados não implicará em seu cadastramento no Registro Central de Fornecedores, o qual se subordina à análise por parte do órgão central em processo específico e segundo as normas vigentes.

6.3 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Cópia da Cédula de Identidade e CPF dos administradores;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.4 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.4.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, por meio da certidão de tributos e contribuições federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- e) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito para com o INSS (CND) e Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.4.2. Os Interessados que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede; e, conjuntamente, Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói.

6.5 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.5.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentadas certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica. Se o Interessado não for sediado na Comarca de Niterói ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

6.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, os Interessados deverão apresentar prova de autorização, pelo Banco Central do Brasil, para funcionar como Banco Comercial ou Banco Múltiplo.

6.7 DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

6.7.1 Todos os Interessados deverão apresentar declaração, na forma do Anexo I, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

6.7.2 Os Interessados poderão optar por apresentar a certidão negativa de ilícitos trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ao invés da declaração mencionada na cláusula 7.8.1.

6.8 DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS E CERTIDÕES

6.8.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

6.8.2 Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93.

6.8.3 As declarações que forem disponibilizadas pela internet, terão plena validade, desde que dentro do prazo de 30 (trinta) dias, salvo especificação própria referente à validade.

6.8.4 As declarações que não forem disponibilizadas pela internet e que não possuírem em seu bojo a data de validade, terão para o certame validade de 90 (noventa) dias.

6.8.5 O Interessado é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de descredenciamento a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos.

6.8.6 A Comissão de Credenciamento poderá pedir a exibição do original dos documentos.

7 – DO PROCEDIMENTO PARA O CREDENCIAMENTO E DA CONTRATAÇÃO

7.1 A partir do início da vigência do presente Credenciamento, os Interessados poderão solicitar sua inscrição no Credenciamento, mediante a assinatura do Termo de Adesão constante do Anexo II, no qual deverá ser indicado um representante para os fins deste Credenciamento.

7.2 Os Interessados deverão apresentar a documentação relacionada na Cláusula 7, bem como o Termo de Adesão à Comissão de Credenciamento, no protocolo da Secretaria Municipal de Fazenda localizado na Rua Da Conceição nº100, Centro, Niterói-RJ, das 10:00 horas até às 17:00 horas, dentro do prazo previsto na Cláusula 41.

7.2.1 A documentação para a habilitação e o Termo de Adesão deverão ser apresentados em envelope com os seguintes dizeres:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CREDENCIAMENTO Nº 2/2020

BANCO

7.3 A Comissão de Credenciamento fará a análise da documentação dos Interessados em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do envelope, estando habilitados todos os Interessados que cumprirem todos os requisitos deste Edital e inabilitados todos aqueles que deixarem de cumprir um ou mais itens do Edital, sem prejuízo da possibilidade de reapresentação da documentação devida, para novo exame, desde que dentro do prazo para habilitação.

7.3.1 Em se tratando de erro sanável, pode a Comissão de Habilitação conceder prazo de 5 (cinco) dias para regularização de pendência que motivou a inabilitação.

7.4 Uma vez habilitado, o Interessado será convocado para, em até 5 (cinco) dias úteis comparecer à Secretaria Municipal de Fazenda, na Rua da Conceição, nº 100, das 10:00 horas até às 17:00 horas, para assinatura do Contrato de Prestação de Serviços de Arrecadação, nos termos da minuta Constante do Anexo III.

7.4.1 Em caso de alteração no Edital, o Contrato de Prestação de Serviços poderá ser rerratificado para sua adequação à referida mudança.

8 – DO PRAZO

8.1 O prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviço será de 12 (doze) meses, ou da extinção do crédito orçamentário destinado ao Programa, contados a partir da data de publicação do extrato deste instrumento no D.O.

8.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

9 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 O Município de Niterói, por meio do Fundo de Crédito Emergencial do Município, pagará ao Credenciado, o valor correspondente aos juros dos empréstimos efetuados por saque na conta do fundo em até dois dias após o ato da liberação do contrato de financiamento ao tomador, tendo por limite o valor depositado na conta específica do Fundo.

9.2 O Credenciado deverá apresentar ao Município de Niterói relação discriminada dos empréstimos concedidos, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos, o montante total devido e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços, para verificação do Município de Niterói.

9.3 Em caso de mora do Município, desde que esta não decorra de ato ou fato atribuível ao Credenciado, o valor devido sofrerá a incidência de atualização financeira pela Selic, calculados pro rata die.

10 – ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

10.1 O objeto contratual será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e na cláusula décima terceira da minuta de contrato (Anexo III), dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da referida Lei.

10.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

10.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo contratado, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

11 – DAS PENALIDADES

11.1 A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato no prazo estipulado no Edital, bem como a inexecução, total ou parcial do contrato, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer impedimento ou infração contratual da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficando sujeita às seguintes sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre a média aritmética dos valores mensais pagos à CONTRATADA até o momento da imposição da multa, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Contratante.

11.3 A sanção prevista na alínea b desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente a outra.

11.4 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

11.5 A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo a Contratada do pagamento por perdas e danos em relação às infrações cometidas.

11.6 A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Exmo. Prefeito de Niterói e da Secretária Municipal de Fazenda, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

11.7 O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8 O valor da multa será pago diretamente ou descontado das próximas faturas.

11.9 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

11.10 Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas previstas nos itens "a", "b" e "c", do caput desta Cláusula, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal da CONTRATADA.

11.11 Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela Contratada, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

12 – DOS RECURSOS

12.1 Os recursos contra as decisões da Comissão de Credenciamento serão apresentados por escrito, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da intimação do ato ou data de lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Presidente da Comissão de Credenciamento para reconsideração. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, a Comissão de Credenciamento encaminhará o recurso ao Subsecretário de Controle e Finanças, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

12.2 A Comissão de Credenciamento dará ciência dos recursos aos demais Credenciados e Interessados, que poderão impugná-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.3 Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação do Interessado terão efeito suspensivo.

12.4 A intimação dos atos referidos nas alíneas a, b, c e e do inciso I do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação no Diário Oficial do Município.

13 – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As retificações do instrumento convocatório, por iniciativas oficiais ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todas as Instituições Financeiras interessadas no presente Credenciamento ("Interessados"), devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas por meio eletrônico na Internet.

13.2 O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.fazenda.niteroi.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser obtida uma via impressa mediante a doação de uma resma de papel A4, na Rua Da Conceição 100, Centro, Niterói- RJ. Solicitamos a todos interessados, ao retirar o edital pelo site, que preencham o recibo de entrega de edital e remetam a Secretaria Municipal de Fazenda por meio do e-mail credenciamento.smf@gmail.com. A não remessa do recibo exime a comissão de Credenciamento de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

13.3 Os Interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, a qualquer momento durante a vigência do presente Credenciamento, no seguinte endereço: Rua Da Conceição nº 100, Centro, Niterói-RJ, das 10:00 horas até às 17:00 horas

13.3.1 Caberá ao Presidente da Comissão de Credenciamento, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento dos pedidos, com a divulgação da resposta a todos os Interessados, por meio eletrônico na Internet.

13.4 Os Interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores ao início da vigência do Credenciamento, nos termos da Cláusula 5.1, no seguinte endereço: Rua Da Conceição nº100, de 10:00 até 17:00 horas, ou, ainda, através do e-mail credenciamento.smf@gmail.com

13.4.1 Caberá ao Subsecretário de Finanças, auxiliado pelo Presidente e membros da Comissão de Credenciamento e pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação, com a divulgação da resposta a todos os Interessados, no endereço eletrônico www.fazenda.niteroi.rj.gov.br.

13.5 É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento.

13.6 O presente Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

13.7 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

13.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.9 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

13.10 Ficam os Interessados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, no Credenciamento, qualquer declaração falsa que não corresponda a realidade dos fatos.

13.11 O foro da comarca de Niterói é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Credenciamento e à contratação e execução dele decorrentes.

ANEXO I

MODELO - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada em _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito que, na qualidade de Interessado ao Credenciamento nº 01/2020 do Município de Niterói, conforme disposto no artigo 7º da Constituição Federal, na Lei nº 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto nº 3.555, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, (Local), _____ de _____ de 2020

(Assinatura do representante legal)

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

A Instituição Financeira _____, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, declara sua ciência e anuência a todos os termos fixados no Edital de Credenciamento SMF nº 01/2020, da Secretaria de Fazenda do Município de Niterói, para a prestação de serviços de agente financeiro e depositário de Fundo de Crédito Emergencial do Município de Niterói e concessão de crédito.

_____, (Local), _____ de _____ de 2020

(Nome e assinatura do representante legal)

ANEXO III

Contrato nº ____/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE NITERÓI**, POR MEIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA** E O CREDENCIADO, _____, PARA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DO SALDO DO FUNDO DE INVESTIMENTO E REPASSE DOS VALORES REFERENTES AOS JUROS DAS OPERAÇÕES SUBVENCIONADAS PELO MUNICÍPIO ÀS EMPRESAS HABILITADAS NA LEI MUNICIPAL Nº 3.481 DE 02 DE ABRIL DE 2020.**

O **MUNICÍPIO DE NITERÓI**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 28.521.748/0001-59, doravante denominado **MUNICÍPIO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**, representada neste ato pela Secretária Municipal de Fazenda, Sra. Giovanna Guiotti Testa Victor, e _____, pessoa jurídica de direito privado, sociedade

anônima aberta, de economia mista, organizado sob a forma de banco múltiplo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [...] doravante denominado **BANCO**, neste ato representado pelo Gerente da Agência [nome da agência, nome e identificação do gerente], resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** de abertura e gestão de Fundo de Investimento para subvenção dos juros em operações de créditos que venham a ser contratadas por empresas com alvará de funcionamento no Município de Niterói perante o **BANCO**, na forma da Lei 3.481 02.04.2020, do Decreto Municipal 13.564 de 20.04.2020, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e do instrumento convocatório de Chamamento Público nº 01/2020-SMF, aplicando-se a este **CONTRATO** suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como às seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente **CONTRATO** tem por objeto a operacionalização, pelo **BANCO**, das transferências de recursos do fundo de investimento no mercado financeiro, a ser definido pelo **MUNICÍPIO**, vinculado à conta corrente de sua titularidade, aberta exclusivamente para os fins a que se destina a Lei 3.481/2020, para as contas correntes das empresas habilitadas pela **MUNICÍPIO** nos termos desta Lei, referente aos juros de adimplência incidentes sobre as operações que venham a ser contratadas perante o **BANCO**, observadas suas políticas próprias de concessão de crédito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A alteração, derrogação ou revogação de normas reguladoras de procedimentos relacionados à Lei 3.481/2020 de que trata esta **Cláusula**, ou ainda, a suspensão de seus efeitos por decisão judicial ou por legislação superveniente, poderá ensejar a suspensão das transferências pelo **BANCO**, até a adequação deste **CONTRATO** à nova ordem jurídica, mediante aditivo ou novo contrato, sem prévia notificação pelo **BANCO** ao **MUNICÍPIO**, não representando a suspensão das transferências quebra de contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não estão cobertos pelo fundo as despesas relativas aos tributos, taxas de abertura de crédito e tarifas bancárias que venham a ser cobradas por ocasião da concessão do crédito pelo **BANCO**, bem como juros moratórios gerados por ocasião de não pagamento ou pagamento em atraso das parcelas do financiamento concedido ao beneficiário.

CLÁUSULA SEGUNDA – Estão abrangidas pelos recursos disponíveis no fundo, na forma do Artigo 3º da Lei 3.481/2020, e dos Artigos 2º e 3º do Decreto 13.564/2020 as linhas de crédito do **BANCO** para **Capital de Giro**, observados os seguintes limites de financiamento:

- I. Até R\$ 50 mil para microempresas;
- II. Até R\$ 150 mil para empresa de pequeno porte com faturamento de até R\$ 2,4 milhões;
- III. Até R\$ 250 mil para empresa de pequeno porte com faturamento superior a R\$ 2,4 milhões.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **BANCO** deve observar, além dos limites estabelecidos no **CAPUT** desta **CLÁUSULA**, as seguintes condições:

- I. Prazo de pagamento: até 36 meses
- II. Carência: até 06 meses
- III. **Taxa de juros máxima: 2,95% (dois vírgula noventa e cinco por cento) ao mês**
- IV. Dentre outras modalidades de garantias, aceitar o aval e a fiança.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os beneficiários poderão contratar quantas operações forem concedidas pelo **BANCO**, observados os limites máximos e condições definidas no **CAPUT** e no **PARÁGRAFO PRIMEIRO** desta **CLÁUSULA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – Não fazem parte para efeito das transferências previstas na **CLÁUSULA QUARTA** deste **CONTRATO** as operações de crédito contratadas em desacordo com as características estabelecidas nos Artigos 4º, incisos I, II e III e 5º, incisos I ao IV e parágrafos 1º e 2º, da Lei 3.481/2020.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o beneficiário tenha limites superiores aos estabelecidos na Lei 3.481/2020 perante o **BANCO**, para efeitos das transferências a que se refere a **CLÁUSULA QUARTA** deste **CONTRATO**, as operações deverão observar os valores nominais estabelecidos na Lei, sendo que os valores que excederem aos limites estabelecidos, poderão ser contratados diretamente entre o **BANCO** e o **Tomador**, não se enquadrando, em nenhuma hipótese, para os benefícios dessa Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DAS TRANSFERÊNCIAS – Fica o **BANCO** autorizado a transferir do Fundo de Investimento vinculado à Conta Corrente nº [...], agência nº [...], de titularidade do **MUNICÍPIO**, mantida no _____, bloqueada e de movimentação exclusiva pelo **BANCO**, os valores correspondentes aos juros de adimplência das operações de crédito que venham a ser concedidas pelo **BANCO** aos beneficiários, na forma do disposto no Artigo 5º da Lei 3.481/2020 e do Artigo 4º do Decreto nº 13.564/2020 do Município de Niterói.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **BANCO** realizará as transferências aos beneficiários devidamente habilitados pelo **MUNICÍPIO** e que estejam cadastrados no site oficial da Secretaria de Fazenda de Niterói, no endereço eletrônico _____, na forma do Artigo 13 do Decreto 13.564/2020.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É responsabilidade exclusiva do **MUNICÍPIO** a habilitação dos beneficiários e, uma vez que constem no endereço eletrônico descrito no **PARÁGRAFO PRIMEIRO** desta **CLÁUSULA**, é suficiente para que o **BANCO**, caso conceda o crédito, proceda, mensalmente, às transferências na forma da Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O **BANCO** não se responsabiliza pela avaliação ou reavaliação do porte, segmento, ou quaisquer outras características dos beneficiários para fins do seu enquadramento nos benefícios da Lei 3.481/2020, independente da qualificação existente nas bases cadastrais do **BANCO**.

PARÁGRAFO QUARTO – O **BANCO** dará início ao procedimento de abertura da conta corrente para aplicação dos recursos a serem disponibilizados pelo **MUNICÍPIO** e das transferências para os beneficiários habilitados que venham a tomar crédito no **BANCO**, após o recebimento do presente **CONTRATO** devidamente assinado e publicado na imprensa oficial do **MUNICÍPIO**.

PARÁGRAFO QUINTO – As primeiras transferências para as contas correntes dos beneficiários serão realizadas mediante apuração mensal, da parte correspondente aos juros da operação, situação esta que se repetirá mensalmente, em até 03 dias úteis após o pagamento da parcela da operação pelos beneficiários na data prevista para o débito das parcelas.

PARÁGRAFO SEXTO – As transferências ocorrerão até o final da vigência da operação, observados o limite de prazo definido na Lei 3.481/2020, bem como o saldo disponível no fundo, o que ocorrer primeiro.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Em nenhuma hipótese o **BANCO** se responsabilizará perante o **MUNICÍPIO** ou beneficiários por pagamentos de juros em valores superiores ao saldo existente no fundo de investimento, ou seja, as transferências só ocorrerão até o limite do fundo de investimento vinculado à conta indicada na **CLÁUSULA QUARTA** deste **CONTRATO**, devendo o **BANCO** apresentar, mensalmente ou sempre que lhe for solicitado pelo **MUNICÍPIO**, os extratos bancários analíticos das movimentação da referida conta corrente e do fundo de investimento da Lei 3.481/2020, que por sua vez também estarão disponíveis, diariamente, de forma eletrônica, por meio de acesso controlado, no Autoatendimento Setor Público, no endereço _____, ao **MUNICÍPIO**.

PARÁGRAFO OITAVO – Caberá ao **BANCO** manter controle permanente sobre as operações contratadas, sobre a remuneração e o saldo do fundo e sobre as transferências de recursos para os beneficiários.

PARÁGRAFO NONO – É responsabilidade do **MUNICÍPIO** informar tempestivamente ao **BANCO** eventuais alterações ou decisões judiciais que ocasionem a interrupção ou altere as regras de transferências de recursos prevista na Lei 3.481/2020, não se responsabilizando o **BANCO** por eventuais transferências que sejam feitas antes da notificação, cabendo ao **MUNICÍPIO**, por vias próprias requerer aos beneficiários, eventuais valores que tenham sido transferidos.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Fica vedada a transferência de recursos a que se refere este **CONTRATO** em outras contas de titularidade do **MUNICÍPIO** que não as contas correntes dos beneficiários habilitados, salvo na hipótese do parágrafo segundo da cláusula décima segunda.

CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA DO FUNDO PARA OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – É vedada a transferência, total ou parcial, do saldo do fundo para outra Instituição Financeira, salvo se ainda não houver sido contratada nenhuma operação de crédito pelo **BANCO**.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO DO BANCO – A remuneração do **BANCO** para a prestação dos serviços previstos neste **CONTRATO** estará adstrita à taxa de administração da aplicação financeira dos recursos do Fundo de Crédito Emergencial do Município de Niterói – Niterói Supera, que serão alocados no Fundo de Investimentos em Renda Fixa, no valor de 3% (três por cento) ao ano da receita financeira bruta capitalizada mensalmente.

CLÁUSULA SÉTIMA – Fica expressamente vedado ao **MUNICÍPIO** o acesso remoto ou presencialmente nas agências do **BANCO** com o intuito de movimentação (saque, transferências entre contas, envio de DOC, TED, ordens de pagamento, aplicações diversas, pagamentos diversos dentre outras movimentações) da conta corrente e do fundo de investimento objeto da Lei 3.481/2020, exceto a consulta de saldos e extratos para efeito de gestão e controle dos saldos e transferências realizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DO BENEFÍCIO – Uma vez que o beneficiário tenha sido habilitado pelo **MUNICÍPIO** e o **BANCO** tenha formalizado e liberado o crédito, o beneficiário fará jus ao recebimento dos valores relativos aos juros de adimplência durante todo o prazo da operação contratada, mediante crédito em sua conta corrente, observado o prazo estabelecido no **PARÁGRAFO QUINTO** da **CLÁUSULA QUARTA** deste **CONTRATO**, e de forma apartada da parcela do empréstimo que será composta pelo principal e juros, observadas todas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Estão contemplados os beneficiários cujos créditos tenham sido concedidos a partir da data da assinatura do presente **CONTRATO** e os créditos que venham a ser contratados até 04 (quatro) meses após o período de vigência das medidas de restrição social impostas por meio de Decreto da União, do Governo do Estado do Rio de Janeiro ou pelo Município de Niterói, observados os limites dos créditos orçamentários.

CLÁUSULA NONA – Não fazem parte para efeito deste contrato as operações de crédito contratadas em desacordo com as características estabelecidas nos Artigos 4º, incisos I, II e III e 5º, incisos I ao IV e parágrafos 1º e 2º, da Lei 3.481/2020.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o beneficiário tenha limites superiores aos estabelecidos na Lei 3.481/2020 perante o **BANCO**, para efeitos das transferências a que se refere a **CLÁUSULA QUARTA** deste **CONTRATO**, as operações deverão observar os valores nominais estabelecidos na Lei e neste **CONTRATO**, sendo que os valores que excederem aos limites estabelecidos, poderão ser contratados diretamente entre o **BANCO** e o **Tomador**, não se enquadrando, em nenhuma hipótese, para os benefícios dessa Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RENDIMENTOS DO FUNDO – As receitas das aplicações financeiras do fundo deverão ser revertidas ao próprio Fundo, integrando-se a este para serem utilizadas na forma da Lei 3.481/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS FALHAS OPERACIONAIS – Em caso de falhas na prestação do serviço objeto deste **CONTRATO**, que comprovadamente causem prejuízos financeiros ao **MUNICÍPIO**, caberá a este notificar o **BANCO** acerca da irregularidade, tendo o **BANCO** o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação recebida, para sanar eventual falha.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não sanada a irregularidade no prazo fixado no *caput* desta **CLÁUSULA** e, restando comprovado o prejuízo financeiro do **MUNICÍPIO**, o **BANCO** se obriga a ressarcir-lo no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, corrigido pelo índice oficial de remuneração da poupança, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO – O prazo de vigência deste **CONTRATO** é 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, prorrogável automaticamente por igual período, até o limite de 60 meses, ou

enquanto durarem os créditos orçamentários autorizados na Lei Municipal nº 3481/2020.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Enquanto houver operações contratadas e parcelas vincendas o MUNICÍPIO se obriga a manter o saldo do fundo em valores suficientes para honrar os juros das operações contratadas até o limite estabelecido na Lei 3.481/2020.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se ao final das operações contratadas com os beneficiários for verificado saldo no fundo, este poderá ser levantado pelo MUNICÍPIO, a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO – Constituem obrigações do MUNICÍPIO:

I. Realizar os pagamentos devidos ao **BANCO**, nas condições estabelecidas neste **CONTRATO**;

II. Fornecer ao **BANCO** os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente **CONTRATO**;

III. Exercer a fiscalização do **CONTRATO**, indicando ao **BANCO** o Fiscal do **CONTRATO**;

IV. Manter a conta do Fundo no Banco, nos limites dos créditos orçamentários definidos;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO BANCO– Constituem obrigações do **BANCO**:

I. Conceder os empréstimos, conforme seus critérios de análise de risco e limite, observadas as condições estipuladas nesse contrato, por meio de suas Agências Bancárias indicadas e situadas no Município de Niterói;

II. Comunicar ao **MUNICÍPIO** dos empréstimos concedidos e dos saques efetuados na conta do Fundo;

III. Comunicar ao Fiscal do **CONTRATO**, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

IV. Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, os serviços objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular, inadequados ou em desconformidade com as especificações;

VI. Observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local da prestação do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do **CONTRATO**, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;

VII. Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao Fiscal do **CONTRATO**, relatando todos os serviços realizados (especificando os empréstimos concedidos), eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

VIII. Manter, durante a vigência do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação no Credenciamento;

IX. Cumprir todas as obrigações e encargos sociais e trabalhistas;

X. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possam advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos, empregados ou partes a ela relacionadas ao **MUNICÍPIO**, aos usuários ou terceiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **BANCO** se responsabilizará, na forma do **CONTRATO**, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa execução dos serviços, até o seu término.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **BANCO** é o único e exclusivo responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados envolvidos na execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Identificada diferença na conciliação do saldo da conta corrente e do fundo de investimento pelo **MUNICÍPIO**, caberá ao **BANCO** o tratamento, mediante o envio do detalhamento das operações que originaram a diferença, devidamente conciliado, nos termos do caput e parágrafo único da cláusula décima primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VALIDAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – O **MUNICÍPIO** deverá proceder à validação dos relatórios gerenciais, disponibilizados em meio magnético ou tele transmissão da prestação de contas pelo **BANCO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a disponibilização, que deverá ser feita até dia 10 do mês seguinte ao mês de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias do **MUNICÍPIO**, para o corrente exercício de 2020, assim classificados:

NATUREZA DAS DESPESAS: 33.90.45

FONTE DE RECURSO:138

PROGRAMA DE TRABALHO:1.01.08.334.0148.7777

NOTA DE EMPENHO:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO – O **CONTRATO** deverá ser executado fielmente, de acordo com as Cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Requisição e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial, decorrentes de culpa ou dolo na execução do **CONTRATO**, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do **CONTRATO** será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Credenciamento, constituída de 2 (dois) membros designados pelo Secretário Municipal de Fazenda, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Comissão a que se refere o **PARÁGRAFO PRIMEIRO** acima, sob pena de responsabilidade administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do **CONTRATO**, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – o **BANCO** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades, à exceção dos dados que representem sigilo bancário e/ou comercial.

PARÁGRAFO QUARTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do **CONTRATO** não exclui ou atenua a responsabilidade do **BANCO**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REGULARIDADE FISCAL – O **BANCO** será obrigado a representar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO ÚNICO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no **CAPUT** desta **CLÁUSULA** ensejará a retenção do valor do pagamento da(s) parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – O presente **CONTRATO** poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO – O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na **CLÁUSULA PRIMEIRA** ou das demais **CLÁUSULAS** e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba ao **BANCO** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado ao **BANCO** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste **CONTRATO**, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA – O presente **CONTRATO** não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Niterói.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, do **CEDENTE-CONTRATADA** perante o **MUNICÍPIO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do **CONTRATO**, inclusive as atinentes ao **BANCO**, nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicável, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO – Constitui cláusula essencial do presente **CONTRATO**, de observância obrigatória por parte do **BANCO**, a impossibilidade, perante o **MUNICÍPIO**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do **CONTRATO** a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pelo **BANCO**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO – O **BANCO** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação regente e no edital de credenciamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO – Após a assinatura, este **CONTRATO** deverá ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, cópia até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO – Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente **CONTRATO** que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste **CONTRATO**, firmam as Partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, em ____ de ____ de ____.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CONTRATADA
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS
PORTARIA SMC Nº 2, DE 04 DE JUNHO DE 2020**

Estende o mandato atual do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC – de Niterói e define data para a próxima eleição.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DAS CULTURAS DE NITERÓI, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Municipal nº 3.182 de 18 de dezembro de 2015,

CONSIDERANDO o Decreto nº 13.506/2020, que dispõe sobre a declaração de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Município de Niterói, aconselhando reduzir ao máximo o número de aglomeração de pessoas, o que suspendeu as atividades da 5ª Conferência Municipal de Cultura de Niterói, a qual culminaria com o início do processo eleitoral do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) de Niterói- RJ;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 13.604/2020, de 21 de Maio de 2020, que institui o Plano de Transição Gradual para o Novo Normal – Distanciamento Responsável para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Niterói-RJ;

CONSIDERANDO a deliberação do pleno do CMPC sobre a necessidade de extensão do mandato, posto que uma eleição geral de maneira remota, no prazo inicial, limitaria a participação popular às pessoas que possuem plano de internet suficiente;

CONSIDERANDO o VISTO 019/MNMM/PPJ/2020, de 07 de maio de 2020, que aprovou integralmente o Parecer 004/GAS/PPJ/2020, o qual opinou favoravelmente sobre a prorrogação dos atuais mandatos do CMPC; e,

CONSIDERANDO a antecedência mínima de dois meses com a qual a Secretaria Executiva deve convocar a sociedade para a eleição de novos membros, conforme art. 38 do Regimento Interno do CMPC,

RESOLVE:

Art. 1º. Estender o atual mandato do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) de Niterói-RJ até a data de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Realizar a eleição do CMPC entre os dias 10 e 15 de agosto de 2020.

Parágrafo 1º. A eleição presencial fica condicionada à cidade estar em sinal amarelo nível 1 ou sinal verde;

Parágrafo 2º. Estando a cidade em sinalização amarelo nível 2, laranja, vermelho ou roxo, será definida uma nova maneira ou nova data para a realização da eleição.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO**

EXTRATO Nº 034/2020

INSTRUMENTO: Contrato nº 13/2020; **OBJETO:** Contrato de Prestação de Serviços de tecnologia especializada para a manutenção do software de gestão pública E-Cidade. **Processo nº 190000356/2019;** **PARTES:** O Município de Niterói, tendo como unidade gestora a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão – SEPLAG, e por outro lado a empresa DBSeller Serviços de Informática LTDA, CNPJ nº 05238851/0001-90; **PRAZO:** 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço após a publicação deste extrato no Diário Oficial; **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 8.017.440,00 (oito milhões, dezentese mil e quatrocentos e quarenta reais); **VERBA:** Programa de Trabalho nº: 230104.122.0145.4191, Natureza de Despesa nº 3.3.3.9.0.40.99.00.00, Fonte nº 138, empenho nº 0913; **FUNDAMENTO:** Lei federal nº 8.666/93 e demais terminações legais que versem sobre; **DATA DA ASSINATURA:** 05 de maio de 2020

CORRIGENDA

CONCORRÊNCIA SEPLAG/CAF Nº 002/2020

A Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão da Prefeitura Municipal de Niterói comunica aos interessados que, considerando as medidas adotadas pela Administração Pública no controle da pandemia causada pelo COVID-19, foi retificado o seguinte item do Edital:

No item 5.3.1 do Edital:

Onde se lê: Esta visita deverá ser realizada até 05 (cinco) dias antes da data de realização da sessão de abertura da licitação, durante o horário comercial de 9 às 16h, mediante prévio agendamento, que se fará por meio da UPG/CAF, localizada na Rua Coronel Gomes Machado, 258, 2º andar – Centro – Niterói – CEP 24.020-112, tel.: (21) 2620-6609

Leia-se: Esta visita deverá ser realizada até 05 (cinco) dias antes da data de realização da sessão de abertura da licitação, durante o horário comercial de 9 às 16h, mediante prévio agendamento, que se fará por meio de correio eletrônico para upgcaf.niteroi@gmail.com, mencionando no assunto do e-mail – “Marcação Visita Técnica Concorrência Pública nº 002/2020”

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

Ato do Secretário

PORTARIA SEOP n.º 032/2020, de 04 de junho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor, EDILSON TORRES MARINS, matrícula 1235.406-6, para atuar como gestor de contrato, bem como os servidores: ALEXANDRE RODRIGUES SANTOS, matrícula 1235.275-5 e o servidor CLÁUDIO PEREIRA MENDES, matrícula 1228.295-2, para atuarem como fiscais responsáveis pelo acompanhamento, execução e fiscalização da compra/aquisição de TENDAS PIRAMIDAIAS para atender a estrutura administrativa e operacional da Secretaria Municipal de Ordem Pública de Niterói, bem como a Guarda Civil Municipal - Processo nº 130001088/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO Nº 035/2020 – SEOP

Em conformidade com o Processo 130001088/2020, abaixo referenciado, **AUTORIZO** a contratação direta por dispensa de licitação, nos seguintes termos:

INSTRUMENTO: Contratação direta de Empresa para a Aquisição de Tendais Piramidais; **PARTES:** MUNICÍPIO DE NITERÓI, por intermédio da Secretaria Municipal de Ordem Pública, e a empresa LOC UP COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE TENDAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 13.107.061/0001-02; **OBJETO:**

Aquisição de 02 (duas) tendas piramidais, medindo 06m x 06m e 04 (quatro) tendas piramidais, medindo 04m x 04m; **VALOR GLOBAL:** R\$ 13.880,00 (treze mil reais, oitocentos e oitenta); **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93; e despachos contidos no processo nº 130001088/2020; **NOTA DE EMPENHO:** nº000908, emitida em 02/06/2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PORTARIA SEMECT Nº 01/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, considerando decisão do Conselho Municipal de Educação em sessão plenária realizada em 01 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o funcionamento das atividades de Educação Infantil na instituição educacional denominada **NITIM – INTERNACIONAL MONTESSORI**, localizada na Trav. Dom Bosco, nº 72, Icarai, Niterói/RJ, mantida pela pessoa jurídica **AR EDUCAÇÃO MONTESSORI LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 23.355.243/0001-48, para a faixa etária de 1 ano a 5 anos de idade, em regime de horário parcial e integral, com capacidade total de matrícula de 35 (trinta e cinco) crianças, sendo 20 (vinte) em horário parcial e 15 (quinze) no horário integral.

Art. 2º. Ficam assegurados os estudos das crianças na faixa etária de 4 e 5 anos realizados a partir do ano letivo de 2016, nos termos do Parecer CME nº 001/2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA SEMECT Nº 02/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, considerando decisão do Conselho Municipal de Educação em sessão plenária realizada em 01 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o funcionamento das atividades de Educação Infantil na instituição educacional denominada **INSTITUTO EDUCACIONAL RAO DE SOL**, localizada na Rua Newton dos Santos Mineiro, nº 12, Ilha da Conceição, Niterói/RJ, mantida pela pessoa jurídica **INSTITUTO EDUCACIONAL RAO DE SOL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 22.215.531/0001-34, para a faixa etária de 2 anos a 5 anos de idade, em regime de horário parcial (tarde), com capacidade total de matrícula de 75 (setenta e cinco) crianças.

Art. 2º. Ficam assegurados os estudos das crianças na faixa etária de 4 e 5 anos realizados a partir do ano letivo de 2013, nos termos do Parecer CME nº 001/2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA SEMECT Nº 03/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, considerando decisão do Conselho Municipal de Educação em sessão plenária realizada em 01 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o funcionamento das atividades de Creche na instituição educacional denominada **MEU SONHO**, localizada na Rua Dr. Nilo Peçanha, nº 28, Ingá, Niterói/RJ, mantida pela pessoa jurídica **MEU SONHO EDUCAÇÃO INFANTIL LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 06.070.214/0001-10, para a faixa etária de 1 ano a 2 anos de idade, em regime de horário parcial e integral, com capacidade total de matrícula de 60 (sessenta) crianças, sendo 35 (trinta e cinco) no horário parcial e 25 (vinte e cinco) no horário integral.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA SEMECT Nº 04/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, considerando decisão do Conselho Municipal de Educação em sessão plenária realizada em 01 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o funcionamento das atividades de Educação Infantil na FILIAL da instituição educacional denominada **MEU SONHO**, localizada na Rua Dr. Nilo Peçanha, nº 36, Ingá, Niterói/RJ, mantida pela pessoa jurídica **MEU SONHO EDUCAÇÃO INFANTIL S/S LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 06.070.214/0002-00, para a faixa etária de Zero a 5 anos de idade, em regime de horário parcial e integral, com capacidade total de matrícula de 116 (cento e dezesseis) crianças, sendo 70 (setenta) no horário parcial e 46 (quarenta e seis) no horário integral.

Art. 2º. Ficam assegurados os estudos das crianças na faixa etária de 4 e 5 anos realizados a partir do ano letivo de 2018, nos termos do Parecer CME nº 001/2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ATO ADITIVO À PORTARIA SME/049/2001

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA no uso de suas atribuições legais, em observância ao disposto no Art. 6º da Deliberação CME nº 15/2010, e considerando decisão do Conselho Municipal de Educação em sessão plenária realizada em 01 de junho de 2020, faz saber que:

Art. 1º Ficam alterados os termos da Portaria SME/049/2001, que autoriza o funcionamento das atividades de Creche na instituição educacional denominada **JARDIM DE INFÂNCIA MEU SONHO**, localizada na Rua Dr. Nilo Peçanha, nº 28, Ingá, Niterói/RJ, mantida pela pessoa jurídica **JARDIM DE INFÂNCIA MEU SONHO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 30.124.275/0001-06:

I – Do Nome Fantasia: passa a denominar-se **MEU SONHO – EDUCAÇÃO INFANTIL**;

II - Da Faixa Etária: passa a atender crianças na faixa etária de 3 anos a 5 anos de idade;

III - Da Capacidade Total de Matrícula: passa a atender 75 (setenta e cinco) crianças, sendo 50 (cinquenta) em horário parcial e 25 (vinte e cinco) em horário integral.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na Portaria SME/049/2001, de 23/10/2001.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

Ato do Presidente

PORTARIA Nº. 165/2020 - Designar os engenheiros **Marlon Felipe de Siqueira (Mat. 2223)** e **Bianca Neves Alves de Mello (Mat. 2088)**, para exercerem em nome da EMUSA, fiscalização dos seguintes serviços **"REALIZAÇÃO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTA CORTINA ATIRANTADA NA TRAVESSA FÉLIX, NO MORRO SANTO CRISTO (ACESSO PELA TRAVESSA CONTINENTAL), NO BAIRRO DO FONSECA NESTE MUNICÍPIO (Referente ao Contrato nº. 046/2020) – Processo ADM. Nº. 510001634/2019 - Presidente da EMUSA.**

PORTARIA Nº. 166/2020 - Designar os engenheiros **Bianca Neves Alves de Mello (Mat. 2088)** e **Daniel Aiello Praes (Mat. 2762)**, para exercerem em nome da EMUSA, fiscalização dos seguintes serviços **"CONSTRUÇÃO DE CANALETAS DE DRENAGEM, DISSIPADORES DE ENERGIA, REPARO DE ESCADARIA E INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPO NA COMUNIDADE DO PREVENTÓRIO, NESTE MUNICÍPIO"**, (Referente ao Contrato nº. 042/2020) – Processo ADM. Nº. 510001725/2019 - Presidente da EMUSA.

PORTARIA Nº. 167/2020 - Designar os engenheiros **Bruno Estigarribia Walter (Mat. 2085)** e **Diogo Nogueira Guimarães (Mat. 2522)**, para exercerem em nome da EMUSA, fiscalização dos seguintes serviços **"INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA NO CAMPO DO MATO GROSSO – SAPÊ"** (Referente ao Contrato nº. 034/2020) – Processo ADM. Nº. 510002550/2019 - Presidente da EMUSA.

PORTARIA Nº. 170/2020 - Designar os engenheiros **Leila Ferreira Figueiredo (Mat. 2493)** e **David Ramos Ribeiro Junior (Mat. 2592)**, para exercerem em nome da EMUSA, fiscalização dos seguintes serviços **"CONTENÇÃO NA ESTRADA CELSO PEÇANHA, NO VIRADOURO"** (Referente ao Contrato nº. 058/2020) – Processo ADM. Nº. 740000087/2019 - Presidente da EMUSA.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 058/2020**, firmado com a empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **"CONTENÇÃO NA ESTRADA CELSO PEÇANHA, NO VIRADOURO"**, a partir do dia **28/05/2020** com término previsto para **27/09/2020**. Proc. Nº. 740000087/2020.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 034/2020**, firmado com a empresa **VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **"INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA NO CAMPO DO MATO GROSSO – SAPÊ"**, a partir do dia **08/06/2020** com término previsto para **07/07/2020**. Proc. Nº. 510002550/2019.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 042/2020**, firmado com a empresa **MONOBLOCO CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **"CONSTRUÇÃO DE CANALETAS DE DRENAGEM, DISSIPADORES DE ENERGIA, REPARO DE ESCADARIA E INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPO NA COMUNIDADE DO PREVENTÓRIO, NESTE MUNICÍPIO"**, a partir do dia **08/06/2020** com término previsto para **06/11/2020**. Proc. Nº. 510001725/2019.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 046/2020**, firmado com a empresa **MONOBLOCO CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **"REALIZAÇÃO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTA CORTINA ATIRANTADA NA TRAVESSA FÉLIX, NO MORRO SANTO CRISTO (ACESSO PELA TRAVESSA CONTINENTAL), NO BAIRRO DO FONSECA NESTE MUNICÍPIO"**, a partir do dia **08/06/2020** com término previsto para **07/12/2020**. Proc. Nº. 510001634/2019.

ORDEM DE PARALISAÇÃO

Estamos concedendo Ordem de Paralisação ao **Contrato nº. 028/2018** firmado com a empresa **PRIMA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - EPP**, objetivando a execução de Obras e/ou serviços de **"CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE JURUJUBA, NA AVENIDA QUINTINO BOCAIUVA – S/Nº, NO BAIRRO DE CHARITAS"**, no Município de Niterói, nesta Cidade, a partir **01/05/20**, por motivos administrativos. de Proc. nº. **510000479/2017** - Presidente da EMUSA.

OMITIDO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 04/05/2020.

RATIFICAÇÃO de DISPENSA nº. 005/2020

RATIFICO a presente DISPENSA, com amparo no Artigo 24, Inciso I, P.U da Lei Federal nº. 8.666/1993, objeto do processo nº. **740000087/2020**, visando a execução das Obras e/ou Serviços de **"EMERGÊNCIAIS de CONTENÇÃO na ESTRADA CELSO PEÇANHA no BAIRRO do VIRADOURO"**, adjudicando a **DISPENSA** a Empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA - CNPJ 30.017.321/0001-60** pelo valor global de **R\$ 935.769,50, (NOVECIENTOS e TRINTA e CINCO MIL, SETECENTOS e SESENTA e NOVE REAIS e CINQUENTA CENTAVOS)**, com prazo de entrega dos Serviços para 04 (Quatro) meses, validade e condições de pagamento para 30 (Trinta) dias, AUTORIZANDO a DESPESA e a DEVIDA EMISSÃO da NOTA de EMPENHO.

OMITIDO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 20/05/2020.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 58/2020; **PARTES:** EMUSA e GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA; **OBJETO:** A contratação de empresa especializada para as obras emergenciais de contenção na estrada Celso Peçanha no Viradouro; **VALOR GLOBAL:** R\$ 935.769,50 (novecentos e trinta e cinco mil setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos); **PRAZO:** 04 (quatro) meses e será contado a partir da ordem de início; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PT: 1051.15.182.0010.3008 ND: 4.4.90.51.00 e FT: 138; **FUNDAMENTAÇÃO:** Dispensa nº 05/2020; **DATA DO CONTRATO:** 28/05/2020; Processo Nº. 740000087/2020